
EDITORIAL

NO MUNDO PLURALISTA: A COLEGIALIDADE EPISCOPAL

Fora de toda dúvida, a cultura moderna se caracteriza fundamentalmente pelo pluralismo. Nunca se abriu à civilização ocidental da era cristã tal profusão de modos de ver e interpretar a realidade. O saber humano expande-se especialmente através das ciências em tal proporção que um mesmo indivíduo já não consegue dominá-lo. Não lhe está mais ao alcance aquela visão de conjunto, unitária, coerente, largamente explicativa, e mesmo tranquilizadora, usufruída por muitos de nossos antepassados.

Falamos sempre parcialmente, dentro de determinada perspectiva, posta em evidência, sem respeito humano algum, no início de nosso discurso. Nossa palavra é relativizada por outros pontos de vista, e procuramos mesmo já tê-los em consideração em nossa própria argumentação. Esta mentalidade pluralista vai além das Universidades, levada nas imagens e ditos dos meios de comunicação social até aos rincões mais longínquos da sociedade.

É desafiante viver numa sociedade pluralista. É incômodo conviver com o diferente e o desconhecido. Sentimo-nos ameaçados, questionados, diminuídos. Mas não podemos negar que o pluralismo cultural trouxe vantagens. A sociedade pluralista desafia-nos, provoca-nos, questiona-nos, fere-nos mesmo com o diferente, o desconhecido. Entretanto, enriquecemo-nos com este pluralismo cultural que desmascara o monopólio da interpretação dominante, apresentada ideologicamente como a única verdadeira e universal, e libera muitas visões da realidade até então recalcadas e silenciadas. Hoje qualquer grupo cultural, étnico, social, profissional ou religioso faz questão de ser ouvido e levado a sério por seus contemporâneos. No fundo todos têm consciência — não necessariamente explícita — da originalidade de suas perspectivas e, conseqüentemente, de suas experiências. Vivendo em nossos dias sob o impacto de uma indústria cultural que invade todos os rincões do planeta, padronizando hábitos e modos de pensar, assistimos, paradoxalmente, à irrupção generalizada de grupos minoritários (ou de majorias dominadas) orgulhosos de suas culturas originais.

Este fato, em si altamente positivo, representa por outro lado um sério desafio a qualquer mundividência ou instituição que se apresentem

com pretensão de universalidade. Desfeito o mito da cultura ocidental como a cultura sem mais, diante da qual as outras seriam estágios imperfeitos e inferiores, esta passa a ser, simplesmente, uma cultura ao lado das outras. E a concepção de mundo e de homem nela tematizada não mais pode reivindicar, em sua expressão, validade universal. Deverá ainda provar que é capaz de ser pensada, formulada e mesmo vivida, no interior de outra cultura. Mas a tradução de uma cultura a outra é demasiado complexa para ser elaborada em poucos anos ou numa geração. Como a verdade só existe numa determinada formulação cultural, ao se trocar esta por outra, corre-se o risco de lançar-se fora a criança com a água do banho. Processo delicado e perigoso esse da inculturação.

Neste contexto sócio-cultural assistimos à crise das grandes instituições e ideologias. Família, universidade, Estado, ética encontram-se fortemente questionados em sua pretensão de modalidade única para todos. Doravante a universalidade só será aceite e fecunda no respeito à particularidade plural. Já dizia Guimarães Rosa, aprendendo da sabedoria e da experiência do sertanejo de Minas: "Viver é plural". E isto vale sem dúvida também para o cristianismo.

A fé cristã professa como verdade fundamental que a salvação chega ao ser humano através de Jesus Cristo, único mediador entre a humanidade e Deus. A mensagem salvífica anunciada pela Igreja tem, intrinsecamente, pretensão de universalidade e não pode renunciar à mesma sob pena de perder sua identidade. Face ao pluralismo cultural vigente, pesa sobre os ombros dos anunciadores da Palavra de Deus uma tarefa árdua e complexa. A verdade de Jesus Cristo só é salvífica, na medida em que for entendida, vivida, praticada no contexto sócio-cultural de quem a abraça. Incumbe, pois, aos evangelizadores o trabalho da inculturação. Conhecer a mentalidade, as tradições, os valores, a história, as expressões religiosas, a organização social e familiar, enfim o universo simbólico das pessoas, dos povos, dos países, das regiões a quem se queira anunciar a Jesus Cristo, eis o grande desafio. Mais. A inculturação não é obra só do evangelizador. Nasce do diálogo com a nova cultura. Ao dar espaço e liberdade para que cada um expresse e viva a fé cristã a partir de sua visão, faz-se necessário uma vigilância constante para que a mensagem não se deturpe.

Qualquer evangelizador, por menos qualificado que seja na hierarquia eclesástica, está às voltas com a problemática da inculturação. Quanto menos reflexamente o fizer, tanto mais perigoso será, por fugir a controle direto. Na Igreja Católica os responsáveis últimos pelo anúncio da Palavra, pelo governo e pela santificação do povo de Deus, são os bispos. Estes, por sua vez, exercem o seu pastoreio não isoladamente, mas em comunhão com o Sumo Pontífice e com o colégio episcopal.

Tal característica de seu ministério explica porque, ao longo da história da Igreja, sempre tenha existido a procura de colaboração e apoio para a solução de problemas comuns à mesma região. Por meras consultas mútuas ou em forma mais institucionalizada, como sínodos e concílios particulares, o diálogo entre os responsáveis pelas Igrejas locais se constituiu numa vivência — talvez não refletida de forma técnica e sistemática — de uma característica irrenunciável do *múnus episcopal*: a colegialidade. Mais recentemente, a colaboração mútua no pastoreio das Igrejas locais se deu através da instituição de Conferências Episcopais.

Embora em consonância com o espírito de colegialidade, profundamente católico e intensamente vivido no primeiro milênio da Igreja, esta modalidade relativamente recente apresenta a novidade de uma estrutura permanente de colegialidade. Na realidade, a Igreja tem, por enquanto, uma experiência relativamente curta com essa instituição. Daí as dificuldades e as tensões que espocam aqui e ali, embora ninguém ouse negar a importância e a necessidade pastoral das Conferências Episcopais. Em épocas passadas, seu equivalente encarnou-se em outras modalidades mais tradicionais de colegialidade, como nos mostra a história. Mas algo dentro do mesmo espírito sempre existiu na Igreja.

Seria muito oportuno que a Santa Sé levasse a cabo uma avaliação, a partir da experiência histórica das Conferências nos vários países onde foram implantadas. Através de verdadeira avaliação poderiam ser conhecidas as vantagens pastorais, os métodos mais eficazes, os modos mais aptos de colaboração, as questões que lhe são próprias, as soluções para situações conflitivas... Naturalmente esta avaliação mostraria também as falhas existentes, as raízes estruturais das mesmas, as deficiências de ordem pessoal... Apoiando-se nestes dados seria possível para a Santa Sé incentivar iniciativas, confirmar soluções originais, corrigir possíveis desvios. Seria bem mais consoante com a *lídima tradição* da Sé Romana, lapidarmente expressa pelo Papa Gregório Magno e, em boa hora, recordada pela Constituição "Pastor Aeternus" do Concílio Vaticano I: "Minha honra é a honra da Igreja universal. Minha honra é o sólido vigor de meus irmãos. Então sinto-me verdadeiramente reconhecido, quando a cada um deles não é negado o reconhecimento" (PL 77, 933; DS 3061).

As tensões e conflitos do mundo pluralista — presentes também no interior dos dicastérios romanos — dá origem à grande tentação atual da Igreja: querer, autoritariamente, tudo regulamentar. Mesmo evitando entrar nas discussões mais técnicas, que não cabem nos limites de um editorial, não passa despercebido a ninguém que leia o documento de trabalho, enviado pela Congregação dos Bispos, sobre o estatuto teológico e jurídico das Conferências Episcopais, que se procura diminuir a

importância e a autoridade das mesmas. O texto desencadeou ampla reação negativa nos meios teológicos, devida e seriamente fundamentada em trabalhos de grande competência e profundidade. O caminho para a solução das dificuldades é outro. A via autoritária não traz solução; cria novos problemas.

A Igreja não é uma realidade fora deste mundo. O pluralismo da atual sociedade existe, a sua maneira, também dentro da Igreja. Viveu-se por ocasião do Concílio Vaticano II, experimenta-se sempre de novo em cada sínodo de bispos, repete-se no interior das Conferências Episcopais. As experiências, as perspectivas, as problemáticas, as bagagens culturais e teológicas, as sensibilidades pastorais, o contato com a injustiça e a violência variam de pastor para pastor. E é bom que seja assim, pois também a realidade e a verdade, que procura exprimi-la, é complexa, desconcertante, rebelde, plural, misteriosa.

Nessa perspectiva ressalta a importância do diálogo em nossos dias, dentro e fora da Igreja. Mas o diálogo é arte difícil, ascese custosa, experiência sofrida, humildade exercitada, aprendizado penoso. Exige maturidade, consistência humana, em prol de um bem mais universal. Somente no concreto da história, no prosaísmo do dia a dia, na resistência do debate, no esforço pelo acordo, aprende-se a dialogar e chega-se mais perto da verdade. A colegialidade episcopal, tanto afetiva como efetiva, é um imperativo do múnus episcopal, máxime nestes tempos de pluralismo cultural. Somente por sua prática — consubstanciada com tanto êxito na instituição das Conferências Episcopais — se atravessarão — penosamente, sim — as tensões e os conflitos, próprios de nossos dias e se transformará em realidade a tão festejada comunhão e participação.